

PRÉ-REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

Observar-se-ão, no que for aplicável para fins desta Norma, os marcos legais abaixo listados. Em caso de divergência entre as normas citadas e as recomendações estabelecidas no presente documento, prevalecerão as estabelecidas nesta última com exceção daquelas advindas de Leis e Decretos Federais.

01- **Lei nº 4.504**, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra.

02- **Lei nº 4.771**, de 15 de setembro de 1965. Institui o Código Florestal Brasileiro.

03- Lei nº 4.947, de 6 de abril de 1966. Dispõe sobre o sistema de Organização e Funcionamento do INCRA.

04- **Lei nº 5.868**, de 12 de dezembro de 1972. Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR.

05- **Lei nº 6.015**, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos.

06- Lei nº 6.739, de 5 de dezembro de 1979. Dispõe sobre a Matrícula e Registro de Imóveis Rurais.

07- **Lei nº 8.629**, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária.

08- **Lei nº 9.393**, de 19 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o imposto sobre a propriedade territorial rural - ITR.

09- **Lei nº 9.433**, de 08 de janeiro de 1997. Dispõe sobre a Política e Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

10- **Lei nº 9.784**, de 29 de janeiro de 1999. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

11- **Lei nº 10.267**, de 28 de agosto de 2001. Altera dispositivos da **Lei nº 4.947**, de 6 de abril de 1966, da **Lei nº 5.868/72**, de 12 de dezembro de 1972, da **Lei nº 6.015/73**, de 31 de dezembro de 1973, e da **Lei nº 6.739**, de 5 de dezembro de 1979.

12- **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil Brasileiro.

13- **Lei nº 10.931**, de 02 de agosto de 2004. Altera a **Lei nº 6.015/73**.

14- **Decreto nº 24.643**, de 10 de julho de 1934. Decreta o Código de Águas.

15- **Decreto nº 89.817**, de 20 de junho de 1984. Estabelece as Instruções Reguladoras das Normas Técnicas da Cartografia Nacional.

16- **Decreto nº 4.449**, de 30 de outubro de 2002. Regulamenta a **Lei nº 10.267/01**.

17- **Decreto nº 5.570**, de 31 de outubro de 2005. Da nova redação a dispositivos do **Decreto Nº 4.449/02**.

18- **Resolução IBGE/PR/nº 22**, de 21 de julho de 1983, e homologada pela Resolução COCAR 02/83, de 14 de julho de 1983, publicada no DOU de 27/07/1983, que dispõe sobre Especificações e Normas Gerais para Levantamentos Geodésicos.

19- **Resolução IBGE/PR/nº 23**, de 21 de fevereiro de 1989, que dispõe sobre os Parâmetros para Transformação de Sistemas Geodésicos.

20- **Resolução IBGE/PR/nº 05**, de 31 de março de 1993, que passou a complementar o capítulo II das Especificações e Normas para Levantamentos Geodésicos da **R. PR-22/83**, e que dispõe sobre **Especificações e Normas Gerais para Levantamentos GPS: Versão Preliminar**.

21- **Resolução IBGE/PR/nº 01**, de 25 de fevereiro de 2005. Altera a caracterização do Sistema Geodésico Brasileiro, institui o SIRGAS2000 e define os Parâmetros de Transformação entre este Sistema e o Sistema SAD69.

22- **Recomendações para Levantamento Relativo Estático - GPS**, IBGE, abril de 2008.

23- **Portaria INCRA/P/nº 954**, de 13 de novembro de 2002. Estabelece o indicador da precisão posicional a ser atingida em cada par de coordenadas, relativas a cada vértice definidor do limite do imóvel rural.

24- **Norma ABNT NBR 13.133**, de 30 de junho de 1994. Dispõe sobre a Execução de Levantamento Topográfico.

25- **Norma ABNT NBR 14.166**, de 30 de setembro de 1998. Dispõe sobre a Rede de Referência Cadastral Municipal - Procedimento.

26- **Instrução Normativa INCRA/IN/nº 26**, de 28 de novembro de 2005. Fixa o Roteiro para a Troca de Informações entre o INCRA e os Serviços de Registro de Imóveis.